



BOLETIM INFORMATIVO

sociedade brasileira de zoologia

Editorial

O nosso Boletim informativo mudou. Criamos algo mais leve e em formato semelhante ao da RBZ e ampliamos o seu conteúdo. Esperamos que os sócios apreciem as mudanças e ao mesmo tempo aguardamos sugestões no sentido de aperfeiçoá-lo, fomentando espaço para debate de temas ligados à Zoologia. Lembramos que os textos apresentados na seção “Ponto de Vista” não refletem necessariamente a posição da SBZ, mas acreditamos que o nosso Boletim deva ser um espaço democrático e plural de todos os sócios.

Além do Boletim estamos em processo de reformulação de nossa página eletrônica. Essas alterações visam torná-la mais interativa com os sócios. Será permitido, através de senha, a alteração dos dados pessoais, como endereço e formação profissional, com campos de especialidade similar ao adotado pelo CNPQ. Também está em processo de análise a possibilidade de disponibilizarmos o pagamento da anuidade e de outras finalidades (ex. prancha colorida na RBZ) via boleto bancário, gerado diretamente, online, na página da SBZ. No escopo das alterações da página eletrônica também ocorrerão mudanças em relação a RBZ, no sentido de tornar o tramite dos trabalhos de forma eletrônica. Estamos disponibilizando a nova página, mesmo na fase de transição, devido a documentos que lá se encontram para análise de todos. Desde já, aguardamos comentários sobre a nova página eletrônica, no sentido de melhor atender as demandas da SBZ.

É com grande satisfação que anunciamos que a RBZ também foi agraciada com recursos da CAPES, da ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Dessa forma, somando-se os recursos obtidos nesse ano, a RBZ recebeu um total de aproximadamente R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Esses recursos permitiram a elaboração de nossos dois primeiros fascículos, tendo sido investidos nas despesas com impressão. Os custos com a editoração eletrônica e envio da Revista está sendo arcado pelos recursos de nossa Sociedade. Este aporte adicional de recursos está permitindo que possamos atingir um patamar de solidez, além de viabilizar, com recursos próprios, o investimento nas mudanças de nossa página eletrônica e na elaboração de um banco de dados de sócios.

Ainda em relação a RBZ, buscamos no início deste ano negociar com a Gráfica responsável pela impressão redução de custo por página, sem perda de qualidade. Em nosso primeiro fascículo custo da impressão de cada página atingiu a cifra de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), neste fascículo que está em circulação o custo por página atingiu R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), ou seja, uma redução de aproximadamente 19%. Além do custo da impressão temos a editoração eletrônica que neste fascículo teve o custo de R\$ 17,00 (dezesete reais), valor que será praticado até o final deste ano. Dessa forma, o preço final por página de nossa revista no seu segundo fascículo alcançou total de R\$ 106,00 (cento e seis reais), inferior aos R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais) de nosso primeiro fascículo. Estas informações são extremamente importantes diante do oportuno texto do Prof. Villiard, apresentado na seção ponto vista, no qual é apontada a necessidade de discussão, do pagamento por página para não sócios da SBZ. Adiantamos que esse assunto que deverá constar da pauta de nossa próxima Assembléia, a ser realizada durante o XXVII CBZ. Acreditamos que a apresentação clara e transparente de todas as informações, permitirá uma decisão mais acertada para Sociedade Brasileira de Zoologia e Revista Brasileira de Zoologia.

Finalmente com recursos obtidos junto à UNESCO, a SBZ realizou em Brasília/DF a 1ª Reunião de Sociedades Científicas afins à Zoologia. A reunião ocorreu nas dependências do Ministério de Ciência e Tecnologia e contou com a participação de 14 Sociedades ligadas a Zoologia. Acreditamos que com esta primeira reunião demos um grande passo no sentido de discutir de forma ampla os interesses da comunidade de pesquisadores ligados a Zoologia, para quando necessário e possível desenvolver ações conjuntas no interesse do desenvolvimento da Zoologia.

Prof. Mário Antonio Navarro da Silva
Presidente da SBZ

Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções

Durante o ano de 2005, o documento

intitulado “Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de informação sobre Biodiversidade” foi elaborado a pedido da Coordenação Geral de Biodiversidade do Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE). Participaram da elaboração do documento a Sociedade Brasileira de Zoologia, a Sociedade de Botânica do Brasil e a Sociedade de Microbiologia. O documento contém um conjunto de diretrizes e ações prioritárias para que as coleções biológicas brasileiras sejam apoiadas e gerenciadas para melhor atender ao avanço científico nacional e às demandas tecnológicas e de serviços do País. A equipe que elaborou o documento ouviu dezenas de especialistas, os quais redigiram documentos técnicos de subsídio à de cada área do conhecimento relacionada à biodiversidade. Esses documentos foram debatidos por especialistas acadêmicos de diferentes áreas e por setores do poder público no sentido de apontar as necessidades e as prioridades do País para a próxima década. O documento “Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de informação sobre Biodiversidade” foi lançado durante a Conferência das Partes em Biodiversidade (COP-8) em março próximo passado e está à disposição do público para consultas e sugestões no site <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/3384.html> ou no nosso site da SBZ.

O documento esteve disponibilizado desde antes de seu lançamento para críticas e sugestões. Recentemente, a diretoria da SBZ recebeu uma correspondência assinada pelo Prof. Dr. Sergio Antonio Vanin, diretor do Museu de Zoologia da USP (MZUSP), na qual encaminha críticas ao documento final em nome dos pesquisadores dessa instituição. Como a SBZ esteve, através da coordenação de nossa representante, Dra Luciane Marinoni, diretamente envolvida na confecção do documento, a carta do MZUSP foi-lhe encaminhada para considerações.

Acreditando que a multiplicidade de pontos de vista sobre um determinado tema, deva ser apresentada e debatida, principalmente considerando-se a participação da SBZ na discussão e elaboração do documento “Diretrizes

e estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade”, estamos disponibilizando em nosso site, na íntegra, cópia da correspondência do MZUSP e da carta encaminhada pela SBZ a essa instituição, na qual são respondidas as preocupações de seus pesquisadores. Acesse o nosso novo site, no endereço <http://www.sbzoologia.org.br> ou <http://www.sbzoologia.com.br>, na seção de documentos, faça o download do documento “Diretrizes” e das cartas com as críticas do MZUSP e resposta da representante da SBZ.

Nosso boletim e nosso site estão abertos para outras manifestações. A discussão é fundamental no momento em que detentores do poder público finalmente reconhecem a importância da BIODIVERSIDADE do nosso planeta, como um fator fundamental para a nossa própria existência sobre ele. Por isso, a comunidade científica, que sempre reconheceu essa importância, deve se engajar no processo de avaliação e colaboração no estabelecimento de estratégias, metas, regulamentações nacionais. A discussão é salutar e todos que quiserem contribuir terão espaço no nosso boletim!

Programa de Capacitação em Taxonomia

Reproduzimos abaixo carta enviada a Dra. Ione Egler, Coordenadora Geral de Biodiversidade do Ministério de Ciência e Tecnologia com pedido de instalação, financiamento e manutenção do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM TAXONOMIA. Acreditamos que o Programa em Taxonomia deva ser fortalecido.

Curitiba, 12 de junho de 2007.

Venho por meio desta, em nome dos Sócios da Sociedade Brasileira de Zoologia, solicitar que como Ponto Focal do Programa de Iniciativa Global em Taxonomia no Brasil (GTI Brasil), Vossa Senhoria encaminhe o seguinte documento com pedido de instalação, financiamento e manutenção do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM TAXONOMIA.

Considerando:

□ A previsão pela Constituição Federal no parágrafo primeiro do artigo 218, de tratamento prioritário para as Ciências Básicas, dentre as quais encontra-se a Taxonomia;

□ A dependência do conhecimento da BIODIVERSIDADE dos estudos taxonômicos, sendo estes imprescindíveis para a implantação dos programas da CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB) e para o alcance de seus objetivos;

□ A perda da biodiversidade brasileira em taxas elevadas e a necessidade emergencial

do conhecimento da composição de suas comunidades biológicas;

□ A dependência das demais Ciências, que têm nas espécies biológicas a matéria-prima para seus estudos, em relação à Taxonomia;

□ A demanda apresentada pela comunidade, a partir da elaboração do projeto “Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de Informação sobre Biodiversidade”, pelas Sociedades Brasileira de Zoologia, Botânica do Brasil e Brasileira de Microbiologia;

□ O reconhecimento pela comunidade acadêmica científica do País da grande importância da criação do Programa de Capacitação em Taxonomia e dos benefícios por ele proporcionados, sobretudo pela oferta de bolsas para pós-graduandos e recém-doutores;

□ A grande demanda pela formação de taxonomistas que, mesmo com os primeiros resultados alcançados pelo Programa, está longe de atingir o mínimo necessário para o País;

□ A expectativa em nível nacional criada pela instalação do Programa, com relação à resolução dos problemas causados pela escassez de estudos taxonômicos;

E por fim,

□ O ingresso e a fixação de vários bolsistas recém-doutores advindos do Programa, como docentes de instituições nas quais são realizados estudos em Biodiversidade, integrando os programas de Pós-graduação e já contribuindo com a formação de novos taxonomistas.

Solicitamos que o PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM TAXONOMIA seja considerado como prioridade pelas instituições gestoras de Ciência e Tecnologia no País e pelas diversas agências de fomento, e que sejam tomadas as providências necessárias para que esse se torne uma Política de Estado.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração.

Prof. Dr. Mário Antonio Navarro da Silva
Presidente da Sociedade Brasileira de Zoologia

Forum das Sociedades Científicas da Área de Zoologia

Nos dias 8 e 9 de maio passado foi realizada em Brasília/DF a 1ª Reunião de Sociedades Científicas afins à Zoologia, organizada pela SBZ. Tal reunião ocorreu nas dependências do Ministério de Ciência e Tecnologia. Estavam presentes representantes de 14 sociedades das diferentes áreas da zoologia. Participaram

da reunião representando a Sociedade Brasileira de Zoologia, Fernando Passos (Secretario da SBZ), Luciane Marinoni e Rosana Rocha (convidadas pela SBZ), Adalecio Kovaleski (Sociedade Entomológica do Brasil - SEB), Alexandre Pimenta (Sociedade Brasileira Malacologia – SBM), Caio Graco Machado (Sociedade Brasileira de Ornitologia - SBO), Claudio Carvalho (Sociedade Brasileira de Entomologia - SBE), Fabiano Melo (Sociedade Brasileira de Primatologia), Fernando Diehl (Associação Brasileira de Oceanografia – AOCEANO), João Oliveira (Sociedade Brasileira de Mastozoologia – SBM), Magno Vicente Segalla (Sociedade Brasileira Herpetologia – SB Herpeto), Manoel Gonzalez (Sociedade Brasileira para o Estudo de Elasmobrânquios – SBE-EL), Maria Lucia Fransozo (Sociedade Brasileira Carcinologia – SBC), Paulo Buckup (Sociedade Brasileira Ictiologia – SBI), Susi Pacheco (Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros – SBEQ) e Wilton Pereira (Sociedade Brasileira de Etologia – SBEt). Além desses representantes das Sociedades Científicas, também estiveram presentes Dra. Ione Egler (MCT) e Dr. Paulo Egler (BBice).

Na terça feira, 08/05/2007, a reunião foi aberta por volta de 09h30min por Dra. Ione Egler que expôs um histórico de preocupações relacionadas à profissionalização dos congressos científicos no país, grande fragmentação da área de Zoologia em diversas Sociedades, o que dificulta o relacionamento de órgãos de governos com as mesmas na discussão e elaboração de políticas públicas para a área. Também foi apontada a necessidade de representatividade dos interlocutores junto ao Ministério. Essas discussões em um primeiro momento se fizeram com a Sociedade Brasileira de Zoologia e resultaram no projeto que agora está se iniciando, com o objetivo de reunir as sociedades científicas num Fórum para discussão de problemas comuns e que pudesse assessorar de forma mais representativa os diversos órgãos de governo.

A seguir Dr. Paulo Egler fez uma apresentação sobre o Bureau Brasileiro para Ampliação da Cooperação Internacional com a União Européia – Projeto B-Bice, expondo como este projeto está atuando para viabilizar projetos de cooperação, os quais representam oportunidade importante para a comunidade de pesquisa brasileira. As Sociedades Científicas se comprometeram a divulgar o projeto entre seus associados, pois as instituições de pesquisa seriam os parceiros adequados para essas cooperações.

Nesses dias de reunião discutiu-se também a importância do Fórum, seus objetivos e sua missão. É claro para todos que o Fórum não retira a individualidade e legitimidade de atuação individual de cada sociedade, mas que assuntos e demandas de interesse comuns possam ser

apoiados pelas demais sociedades. O Fórum permite às Sociedades compartilhar experiências, estabelecer políticas conjuntas de desenvolvimento da Zoologia, encaminhar demandas da Zoologia aos órgãos de governo, responder de forma mais coesa às demandas da sociedade e sugerir políticas públicas.

Foi discutida a preparação de um documento mínimo de comprometimento das Sociedades com a criação e manutenção do Fórum, e que novas reuniões estariam previstas. A reunião foi finalizada após a definição dos seguintes encaminhamentos: (1) agendada próxima reunião para os dias 13 e 14 de setembro de 2007; (2) Sociedades devem comunicar a seus sócios sobre a Criação do Fórum e receber as sugestões dos mesmos; (3) Será criado o grupo de discussão yahoo para comunicação entre representantes.

Assim, com essas informações estamos divulgando aos nossos sócios que a SBZ estará realizando esforços no sentido de congrega Sociedades Científicas afins a Zoologia, num fórum que visa o fortalecimento das sociedades. Espera-se com isso que a área da Zoologia possa ser fortalecida, com maior representatividade em órgãos governamentais e fóruns de discussão de políticas públicas da área, e que disso possa resultar em maior intercâmbio entre as sociedades. Dessa maneira, viabilizando ações comuns, que não apenas fortaleçam as sociedades individualmente, mas sobretudo a Zoologia Brasileira.

Tesouraria

Anuidade 2007

Junto a este Boletim todos os sócios juntos com a Tesouraria estão recebendo a Revista Brasileira de Zoologia 24 (2), referente a junho de 2007, conforme definido pelos Estatutos da SBZ.

A tiragem deste fascículo foi programada para 950 exemplares com base no número de sócios. Efetuando o pagamento o quanto antes você terá assegurado o recebimento das publicações da SBZ para este ano.

Lembramos que o valor da anuidade corresponde a 50% do valor do salário mínimo vigente, R\$ 175,00. O referido valor é válido até a data de alteração do valor do salário mínimo.

Para sócios no exterior os valores praticados durante o ano de 2007, serão de US\$ 75,00 e US\$ 105,00, para sócios efetivos e novos sócios respectivamente.

O pagamento pode ser efetuado através do envio de cheque nominal a SBZ ou por depósito bancário, sendo neste caso imprescindível que seja enviada a cópia do comprovante de de-

pósito pelo fax (41) 3226-6823 ou pelo e-mail tesourariasbz@ufpr.br.

Dados para o depósito:

Favorecido: Sociedade Brasileira de Zoologia

Banco do Brasil (001)

Agência: 1458-3

Conta corrente: 9597-4

Secretaria

Eleições na SBZ

Lembramos a todos os sócios, que está aberto o processo de eleição para a nova Diretoria da Sociedade Brasileira de Zoologia (SBZ), Biênio 2008-2010 como especificado nos artigos 21 a 25 do Estatuto desta Sociedade. O Estatuto encontra-se integralmente na página eletrônica da SBZ. Importante destacar que o registro das chapas concorrentes às eleições deverá ser efetuado até 31 de agosto de 2007.

Para maior facilidade os artigos e parágrafos referentes ao processo de eleição serão transcritos abaixo:

CAPÍTULO VII – DAS ELEIÇÕES

Artigo 21 – A eleição processar-se-á através do voto de Sócios pelo correio.

Artigo 22 – O registro das chapas concorrentes às eleições deverá ser efetuado até o último dia útil do mês de agosto, imediatamente anterior à realização do Congresso Brasileiro de Zoologia (observada a data de postagem) e, divulgada (s) aos Sócios através do Boletim Informativo até 30 de setembro.

§ 1º – As chapas poderão ser apresentadas: a) pelo Conselho da SBZ por indicação da maioria dos seus membros; b) por um mínimo de 10 (dez) sócios fundadores, efetivos ou honorários, em pleno gozo dos seus direitos.

§ 2º – O pedido de registro de chapa, com indicação dos candidatos conforme os Art. 12 e Art. 16 parágrafo 1º, deve vir acompanhado de um currículo, com o máximo de cinco linhas, e concordância do candidato ao cargo.

§ 3º – Encerrado o registro não serão admitidas alterações nas chapas, salvo incapacidade física definitiva de qualquer um de seus componentes.

§ 4º – As chapas levadas a registro receberão o número de ordem de sua apresentação e por esta forma serão distinguidas umas das outras.

§ 5º – Havendo o registro de uma única chapa, não será necessária eleição, devendo haver homologação dos nomes pelo Conselho e Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 23 – As cédulas referentes às chapas registradas serão impressas pela SBZ, em papel branco, trazendo com clareza o nome dos

candidatos e os respectivos cargos.

Artigo 24 – A Eleição processar-se-á por correspondência, inadmitindo-se o voto por procuração, seguindo os procedimentos: a) a SBZ enviará cédula a todos os Sócios até 30 de outubro, contendo instruções e material necessário ao exercício do voto; b) os Sócios receberão, cédula eleitoral, assinada pelo Presidente da SBZ e um envelope endereçado e selado para resposta, que deverá ser postado até 30 de novembro; c) o Sócio eleitor deverá depositar o envelope resposta em qualquer agência do correio; d) os envelopes serão encaminhados para a caixa postal especial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

§ 1º – A caixa especial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos será aberta somente no dia da apuração dos votos.

§ 2º – A Diretoria procederá a apuração no primeiro dia útil após 15 de dezembro.

§ 3º – Serão nulos os votos dados em cédulas que não as impressas pela SBZ, as que contiverem nomes de candidatos não registrados, assim como, as que apresentarem rasuras ou emendas.

§ 4º – Os resultados serão divulgados no Boletim Informativo até o último dia útil do mês de dezembro.

§ 5º – Terminada a apuração, será proclamada eleita a chapa mais votada. A Diretoria e o terço do Conselho eleitos, serão empossados durante a Assembleia Geral Ordinária no Congresso Brasileiro de Zoologia.

§ 6º – Na eventualidade da não realização do Congresso Brasileiro de Zoologia, convocar-se-á uma Assembleia Geral Extraordinária para dar posse à Diretoria eleita.

Artigo 25 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e pelo Conselho.

Revista Brasileira de Zoologia

Em 2007 a RBZ não tem aceito para protocolo trabalhos que constituam simples inventários ou registros de ocorrência. Ainda há manuscritos dessa natureza em processo de publicação, protocolados em 2006. A Editoria reconhece que registros faunísticos são relevantes, mas doravante incentiva os Autores a complementar seus dados com dados - obviamente robustos e originais - sobre, p. ex., biologia, ecologia, comportamento, sistemática, biogeografia ou conservação dos grupos registrados.

A Editoria vem refletindo sobre a pertinência da publicação de trabalhos monoespecíficos de descrição de espécies. De um lado tem-se o compromisso da Revista para com a taxonomia animal no Brasil; de outro, um apelo para que as descrições estejam acompanhadas

de análises de natureza biogeográfica, biológica ou comportamental, p. ex.. Ou, pelo menos, que o trabalho seja otimizado para reunir a descrição de táxons afins, sem fracionamento em manuscritos que poderiam compor um trabalho único. A heterogeneidade entre os grupos taxonômicos requer cautela e bom-senso, pelo quê estaremos ouvindo o Conselho Editorial a respeito, bem como os associados que desejarem se pronunciar.

Em simultâneo, temos investido bastante do nosso tempo e da boa-vontade dos consultores para adequar a publicação os manuscritos que sinalizam mérito para tal. Ou seja, quando numa primeira análise o manuscrito recebe críticas, mas sem que se registrem falhas estruturais irreversíveis, não há rejeição sumária. Pelo contrário: estabelece-se uma sucessão de idas e vindas do manuscrito entre autor e consultores, com intermediação da Editoria de Área, visando a que o trabalho alcance qualidade para ser publicado. Nesses casos a ida para o prelo demora mais que o usual, e assim não é raro que autor ou consultores desista(m) antes. Em 2006 a frequência de trabalhos recomendados para publicação após uma segunda ou terceira análise pelos consultores foi de 22% do total de submissões; no período outubro 2006 - abril 2007, de 28%. Em ambos os períodos a recomendação na primeira análise foi de 54%. Portanto, menos trabalhos estão sendo rejeitados.

Lembramos que a partir de 2007 as referências bibliográficas não mais devem apresentar o nome da cidade em que o periódico foi editado.

Submissões por área, primeiro quadrimestre 2007: Insetos: 13 trabalhos; outros invertebrados: 17; peixes: 7; outros vertebrados: 27.

As despesas gráficas para edição dos fascículos de março e junho foram custeadas por apoio recebido do CNPq e da CAPES (R\$ 30 mil cada), Edital a que nos apresentamos em 2006. A Sociedade concedeu importante contrapartida em outras despesas editoriais, notadamente postagem e editoração eletrônica.

A Editoria.

Malacologia Brasileira

Transcrevemos abaixo duas cartas, a do Prof. José Willibaldo Thomé (Presidente da Sociedade Brasileira de Zoologia no período de 1980 a 1982, Diploma e medalha de bronze "Honra ao Mérito", pela SBZ, Medalha e Pergaminho "Irmão Afonso" pela PUCRS em 1984, entre outros prêmios. Orientação de mais de 207 alunos em todos os níveis.) de despedida das atividades desenvolvidas junto a PUCRS

e outra da instituição (PUCRS) sobre o destino do acervo bibliográfico e científico voltada a malacologia construído pelo Prof. Thomé ao longo de sua profícua trajetória em pesquisa e docência. Entre as principais preocupações dos pesquisadores está a continuidade de uma área de investigação, principalmente em tema voltado para o conhecimento de nossa biodiversidade. Na construção desta área do conhecimento o acervo bibliográfico, manutenção e preservação dos espécimens incorporados a uma coleção são elementos estratégicos para continuidade da pesquisa, além da formação de recursos humanos que irradiam para outros centros de pesquisa o desenvolvimento da malacologia, assim como a perspectiva de que a própria Instituição venha a incorporar pesquisadores voltados para investigação de moluscos.

Mensagem do Prof. José Willibaldo Thomé

Porto Alegre, 28 de abril de 2007.

Ao me despedir das minhas atividades de Ensino, Educação, Pesquisa Científica e Administração Superior, que exerci em prol do enriquecimento sócio-político-cultural diferenciado de nossa população, permitam-me desejar-lhes o ânimo e a disposição corajosa, para tentarem aperfeiçoar os conhecimentos da biologia evolutiva. O universo parece ser infinito, incompreensível para os finitos, constituído de energias sob aspectos variáveis, inconstantes, dinâmicas, quânticas e regidas pela incerteza, podendo apresentar-se sob formas condensadas de matéria em mutações.

A VIDA me parece ser um desses fenômenos energéticos peculiar, dinâmico e certamente efêmero, que se mantém pela reprodução. Esta é regida pela agressividade e moderada pelo altruísmo, ambos inatos.

Quanto à "lei natural do vence o mais apto", que me parece válida, espero que possa ser direcionada, no sentido humanitário do mais apto (o líder), que deva auxiliar e proteger os menos aptos e se tornar um sábio, contrariando a regra atual, culturalmente vigente, de se tornar um déspota farisaico (e como pululam em todas as comunidades!).

Deixo-lhes esses pensamentos quase aforísticos, elaborados despretenciosamente em mais de 50 anos de estudos, meditações e reflexões, como colaboração para o desenvolvimento da BIOFILOSOFIA nascente (o Amor à Sabedoria pela biologia).

Muito cordialmente.

LD/DO José Willibaldo Thomé

Biólogo – malacologia
Praça Dom Feliciano, 39, s/1303
90020-160 PORTO ALEGRE, RS
josewthome@pesquisador.cnpq.br

Mensagem da Faculdade de Biociências da PUCRS
Prof. Thomé doa acervo de Malacologia à PUCRS

O pesquisador José Willibaldo Thomé, um dos mais conceituados malacologistas do País, doou seu valioso acervo de literatura científica sobre moluscos para a PUCRS em 31 de maio passado. A coleção do Dr. Thomé será mantida em uma sala especial no novo prédio da Biblioteca Central da Universidade. Ao mesmo tempo em que a coleção bibliográfica está sendo reorganizada, toda a coleção de moluscos permanece à disposição da comunidade científica no Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS. No Laboratório de Malacologia do Museu e no Laboratório de Biologia Parasitária da Faculdade de Biociências estão agora instalados os equipamentos e materiais de investigação em moluscos. A transferência do acervo bibliográfico e dos itens de pesquisa ocorreu após o encerramento das atividades do professor Thomé na Universidade, no início do ano. Nos seus 48 anos dedicados à Faculdade de Biociências, da qual também foi diretor, ele criou e coordenou o Laboratório de Malacologia, gerando inúmeras publicações em revistas nacionais e internacionais. A Faculdade de Biociências e a PUCRS sentem-se honradas em ter contado com o Prof. Thomé durante todos esses anos de profícua atividade.

PUCRS ou Faculdade de Biociências da PUCRS.

Espaço Editorial

Morcegos do Brasil

Em decorrência de sua visão adaptada apenas à luz do dia, os humanos primitivos desenvolveram um temor e um respeito atávicos pelas trevas noturnas, extensivos aos seres que são ativos nelas. Assim, se desenvolveram mitos e fantasias sobre a coruja, o sapo, as grandes mariposas (também conhecidas como bruxas) e o morcego, entre outros tipos de animais. Tais fantasias atravessaram os tempo e, na Europa, por exemplo, deram origem a lendas sobre seres meio humanos meio demônios como as bruxas, o lobisomem e o vampiro. Tratados no singular, como se fossem espécies únicas, esses animais passaram a ser temidos porque, além de serem "feios", seriam "nocivos": a coruja por seu mau agouro, o sapo por ter verrugas

e espirrar leite venenoso nos olhos das pessoas, as mariposas por seu pó capaz de cegar e os morcegos por serem todos capazes de sugar o sangue dos humanos. Já no século XVII, o naturalista Guilherme Piso, tratando da flora e fauna brasileiras, relatava que a mordida do “andirá” (morcego) era da mesma natureza que a peçonha do cão raivoso. Felizmente, por seus hábitos crípticos e por serem ativos em período de dia diferente daquele da maioria dos humanos, esses animais, que não são formas únicas (só de morcegos voam no Brasil ao menos 167 espécies distintas), estão relativamente protegidas de sua extinção. Os quirópteros, e se por um lado algumas entre suas espécies frutívoras são capazes de provocar danos em pomares e as hematófagas disseminar o vírus da raiva, por outro, e a balança pende significativamente a seu favor, são importantíssimos no controle dos insetos, que as formas insetívoras consomem às toneladas em cada noite, na polinização de inúmeras espécies de plantas florestais, que desapareceriam sem o concurso das formas nectarívoras, e na disseminação de sementes pelas frutívoras, tanto pelo abandono das sementes maiores após devorarem a polpa, como pela eliminação das menores junto com as suas fezes. Só o papel de conservadores das nossas florestas justificaria o empenho que muitos pesquisadores atualmente demonstram no sentido de melhor conhecê-los, tanto no aspecto taxonômico, como em sua distribuição, ecologia e hábitos reprodutivos.

Com a intenção de se atualizar os dados taxonômicos e informações sobre os quirópteros brasileiros, para atender aos diversos pesquisadores sobre morcegos, tanto os mais antigos como aqueles que estão se iniciando, Nélio Roberto do Reis, Adriano Lucio Peracchi, Wagner André Pedro e Isaac Passos de Lima reuniram-se para editar o livro, contando com a colaboração de mais outros 18 autores, todos especialistas no assunto e igualmente pesquisadores em instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras. Trata-se, portanto, de obra indispensável para todos aqueles que desejarem se atualizar ou aumentar seus conhecimentos sobre esse interessante grupo de animais tão importante para preservação do meio ambiente.

Eugenio Izecksohn (Professor Emérito da UFRRJ)
Informações: Nélio Roberto dos Reis (nrreis@uel.br)

Catálogo de Peixes de Água Doce

Durante do XVII Encontro Brasileiro de Ictiologia realizado pela Sociedade Brasileira de Ictiologia em Itajaí, SC, ocorreu o lançamento

do “Catálogo das Espécies de Peixes de Água Doce do Brasil” (ISBN: 978-85-7427-018-0). O catálogo, que contou com a participação de 39 especialistas, foi editado por P. A. Buckup, N.A.Menezes e M. S. Ghazzi, e publicado pelo Museu Nacional. Ele inclui 2.587 espécies conhecidas no início de 2007 e pertencentes a famílias de peixes que ocorrem exclusivamente em ambientes de água doce. Estas espécies distribuem-se em três classes de vertebrados, totalizando 517 gêneros válidos em 39 famílias pertencentes a nove ordens. O catálogo documenta o significativo aumento no conhecimento da biodiversidade brasileira registrado nos últimos anos. Atualmente descreve-se, em média, uma nova espécie de peixe de água doce ocorrente no Brasil a cada semana. Diante desta diversidade biológica, o catálogo é uma ferramenta essencial não apenas para todos os ictiólogos especialistas, mas também para todos os profissionais que necessitam de informações básicas sobre a identidade e distribuição das espécies de peixes brasileiros.

De cada espécie são apresentados o nome científico válido, o autor e data de descrição, a localidade-tipo, a distribuição geográfica e a documentação primária utilizada para estabelecer sua ocorrência no Brasil. Além disto, informa-se a categoria de ameaça de todas as espécies incluídas na Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e em listas oficiais de estados e municípios.

O livro foi produzido como resultado do programa PRONEX /CNPq, e sua publicação contou com apoio do CNPq, da Conservação Internacional do Brasil e da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA. O livro está sendo distribuído pela Associação Amigos do Museu Nacional – SAMN.

Informações: <http://www.mnrj.ufrj.br/catalogo/> ou <http://146.164.124.136/Catalogo/Compra.htm>

Catálogo de Espécies Terrestres e de Água Doce de Moluscos do Brasil

Este livro vem contribuir com todos os pesquisadores e estudiosos da área, pois se trata de um trabalho exaustivo de figuração de tipos da fauna brasileira e de seus ecossistemas (o limite geográfico ficou expandido para áreas vizinhas), acompanhado por bibliografia completa do assunto.

Em um momento onde há um profundo interesse em se conhecer a biodiversidade de nosso país, este catálogo se propõe a facilitar este reconhecimento ao profissional, através de fotos dos tipos que se encontram depositados nos mais renomados museus do mundo.

A inexistência de um catálogo desta qualidade tem impossibilitado a correta identificação

dos espécimes além de não permitir uma pesquisa de dados adequada frente à dificuldade na solicitação de bibliografias

Convidamos você a conhecer este catálogo através do site abaixo e temos a certeza de que um livro de consulta desta qualidade será uma aquisição bem vinda e muito útil em qualquer biblioteca como uma importante ferramenta de trabalho nas áreas de sistemática, ecologia, pragas agrícolas e vetores em saúde pública.

Segue link ilustrativo do catálogo para sua apreciação e contato:

<http://br.geocities.com/livroluiz/>
<http://www.femorale.com.br/articles/books/simone06/index.asp>
<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp783/pag07.htm>

Contacto:

Prof. Dr. Luiz Ricardo L. Simone
Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, SP - Brasil
lr Simone@usp.br; lr Simone@gmail.com

ECOLOGIA DOS OCEANOS TROPICAIS

A. Longhurst & D. Pauly.

Versão brasileira 2007, atualizada por K. Freire e D. Pauly, desta obra cujo original completa vinte anos e constitui um raro livro-texto oceanográfico disponível em Língua Portuguesa. Suas 419 páginas abordam geomorfologia, vegetação costeira, circulação, ciclo de nutrientes, produção primária, dinâmica de comunidades e biologia em geral. Ênfase é dada à dinâmica de peixes e recursos pesqueiros, especialidade dos autores e dos tradutores, portanto mais um item que assegura qualidade ao trabalho.

EDUSP, tradução S. Saccardo, N. Yamaguti, A. E. Vazzoler, L. Soares e I. Tavares.
Informações: Isoares@usp.br

Ponto de Vista

Revista Brasileira de Zoologia

O direito de publicar

Todos são iguais perante as leis da Ciência, ...mas alguns são mais iguais que os outros. Explico: não é exigido nada para alguém propor um novo táxon, oferecer uma nova idéia ou apresentar uma nova observação científica, mas na hora de divulgar o achado precisa mostrar credenciais para ser publicado. Mesmo nós, pesquisadores altamente habilitados, já sentimos na pele alguma discriminação, geral-

mente disfarçada, dos editores de revistas internacionais, do tipo “o manuscrito é muito bom, mas tem um interesse regional” (i.e. fora dos domínios holárticos) ou “está fora do escopo do jornal”. Este desabafo só serve para introduzir o argumento a seguir, que diz respeito a nossa querida e valiosa RBZ, ou seja a questão da exigência de todos os autores serem membros da SBZ. Esta cláusula foi introduzida numa fase quando a SBZ era pressionada para aumentar o número de sócios; fui contra na época, mas fui voto vencido. Um pouco mais tarde a SBZ passou por um outro dilema, a inserção da RBZ no programa, ainda incipiente, de disponibilidade gratuita on-line no site do Scielo; foram necessárias várias reuniões do Conselho, onde Reimar Schaden e eu gastamos bastante saliva para demonstrar que traria benefício à Revista, apesar do receio de perder subscritores. Tudo indica que a divulgação pelo Scielo contribuiu na contínua ascensão da nossa Revista. Portanto o argumento inicial que instaurou a imposição de filiação dos autores cria uma situação em contradição com a abertura que prevaleceu e beneficiou a RBZ. Tal exigência provoca até situações constrangedoras para os editores e co-autores. Por exemplo, estou preparando com um antigo colega do Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris uma nota revalidando duas espécies de beija-flores endêmicos do Brasil; pretendo submeter esta nota para publicação na RBZ, o espaço natural para tal comunicação. Meu colega e amigo é o depositário dos únicos exemplares conhecidos dessas espécies, e é uma honra e um prazer ter a colaboração dele nesta publicação, mas ele não é membro da SBZ! Obviamente, assumirei os custos da sua filiação, mas isto não irá trazer nenhum benefício para nossa Sociedade: além de ter 81 anos, ele tem acesso à RBZ na Biblioteca do MNHN, que consulta regularmente (ele lê português por ter trabalhado nas ilhas Madeira). Então qual é hoje o sentido desta exigência? Para quem acha que estou pleiteando em causa própria, saliento que mesmo se o cláusula for revogada, somente terá efeito após a Assembléia de 2008. O que peço é que os colegas reflitam na conveniência ou não deste dispositivo. O objetivo de todos nós é de fortalecer sempre mais nossa Sociedade e sua Revista. E, ao mesmo tempo, mostrar que todos são iguais perante o direito de divulgar seus achados científicos.

Jacques Vielliard (UNICAMP e Academia Brasileira de Ciências)

Legislação Ambiental

A Legislação de Crimes Ambientais Emperra o Ensino da Biologia

Durante alguns anos, o acesso ao material biológico, seja ou não para fins de extração do seu patrimônio genético, vem sendo um tema de fervorosas e complexas negociações entre pesquisadores e as autoridades ambientais brasileiras.

De um lado temos a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98 e os órgãos governamentais brasileiros ligados direta ou indiretamente à biodiversidade, como MMA, IBAMA, Entidades Estaduais de Meio Ambiente, MAARA, FUNAI e IPHAN. Todos concorrem em maior ou menor parte para tornar a vida do pesquisador uma infernal e eterna anabase burocrática sem o menor sentido.

Do outro lado deste polígono irregular, demandando pela liberdade de coletar sem excesso de burocracia, estão os pesquisadores da zoologia, botânica e microbiologia, (por enquanto apenas os profissionais formalmente representados por sociedades da área biomédica como SBPC, SBB, SBFic, SBZ, AMNAT etc.) e ONGs. A crucial contribuição ao conhecimento sobre a biodiversidade feita pelos demais cidadãos (crianças, professores de nível primário e secundário, colecionadores etc.) vem sendo sistematicamente omitida por ambos os lados. Entretanto sabemos que ela é significativa.

Um agravante terrível para este conflito é a legislação brasileira, principalmente a Lei de Crimes Ambientais de 1998, que apresenta redação um tanto equivocada em muitos pontos, permitindo interpretações diversas e por vezes forçando os órgãos ambientais à adoção de medidas drásticas que freiam o avanço do conhecimento sobre a biodiversidade.

Não obstante a obrigatoriedade dos órgãos governamentais em zelar pela observância da Lei, os pesquisadores (sejam profissionais ou amadores) seguem as diretrizes do bom senso e das suas consciências – uma sinergia quase impossível.

A Instrução Normativa 154 do IBAMA trouxe algumas simplificações para os trabalhos de biologia:

- 1 -Potencialmente acelera o processo de licenciamento de coleta instituindo o SISBIO, que cadastra on-line, pesquisadores e Instituições, e depois permite a emissão automática de licenças para coleta de material biológico.
- 2 -Simplifica o licenciamento para coleta de vegetais, fungos e micróbios, fora das unidades de conservação.
- 3 -Reconhece a coleta para fins didáticos, embora apenas para o ensino superior.

É na infância que surgem jovens talentos – crianças que começam colecionando besouros ou borboletas e mais tarde se tornam pesquisadores e docentes das Instituições. É preferível

seu filho colecionar insetos, ou passar o dia na Internet, vendo TV ou, na melhor das hipóteses, soltando pipa?

Ficou patente de que, com os obstáculos que a legislação brasileira atual impõe às coletas de material biológico, aliadas à interpretação das normas ora adotadas pelo IBAMA e MAARA, no tempo de uma geração o sistema de ensino do Brasil poderá não mais estar formando biólogos, veterinários, zootecnistas, médicos, farmacêuticos, engenheiros florestais, agrônomos e afins com qualidade.

Também se concluiu, por unanimidade, que ao incriminar os colecionadores autônomos de espécimes biológicos e desestimular o aprendizado sobre técnicas de coleta e conservação por parte das crianças, os atuais instrumentos legais e o IBAMA desestimularão ainda mais as crianças e jovens, já tão limitados pela era da Internet e Futebol. Ninguém irá mais querer estudar e se formar em carreiras biológicas.

Isto contrasta com os seguintes fatos:

- 1 -As coletas acidentais são tão importantes quanto aquelas realizadas no bojo de projetos formalmente registrados. A maior parte das coleções existentes na maioria das renomadas Instituições brasileiras de pesquisa/ensino foi coletada ao acaso, com muita sorte e sem se preocupar com as legislações e burocracias ilógicas em vigor.
- 2 -Algumas das maiores contribuições ao conhecimento da biodiversidade brasileira foram realizadas por indivíduos leigos ou profissionais de outras áreas, cuja produção em ciência dificilmente será alcançada por muitos pesquisadores e docentes contemporâneos com vínculo formal, face à carga de obrigações administrativas e burocráticas.
- 3 -Os termos de compromisso dos órgãos ambientais, mantidos pelo SISBIO, forçam o pesquisador a subscrever uma promessa de nunca coletar espécies constantes das listas de espécies ameaçadas de extinção.
- 4 -A Constituição Brasileira visa garantir que: O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas (Art. 218) e que “A pesquisa científica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências” (§1º).
- 5 -O Governo do Brasil é o primeiro signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que aprovou pelo Decreto Legislativo nº 2, de 03/02/94, publicado em 08/02/94. São compromissos do País: “educação e treinamento científico e técnico sobre medidas para a identificação, conservação e utilização sustentável da diversidade biológica” (Art. 12) e “promo-

ver e estimular a compreensão de importância da conservação da diversidade biológica e das medidas necessárias a esse fim, sua divulgação pelos meios de comunicação, e a inclusão desses temas nos programas educacionais tão necessários no Brasil” (Art. 13).

6 -Nos levantamentos de Flora e Fauna, especialistas somente podem determinar grande parte das espécies quando o material já está preservado nas coleções. Resta saber o que fazer quando uma é tardiamente identificada como ameaçada: o exemplar pode ser registrado na coleção? O coletor será punido? Na maioria dos casos nem o especialista mais experiente e graduado poderá afirmar a identidade de uma espécie sem coletar um exemplar.

7 -Enquanto pesadas multas são decretadas por espécime apanhado ou mortos quando vistos de forma individual, quantidades astronômicas maiores de seres vivos são mortas durante as queimadas e desmatamentos, com penas muito menores, tanto mais, pela não consideração da quantidade de animais mortos nesses locais. Isso sem considerar, também, que em muitos casos os desmatamentos foram autorizados e nenhuma preocupação existiu por parte do órgão ambiental que o autorizou com todos os animais que terão seus ninhos e filhotes destruídos e outros tantos que serão literalmente carbonizados no processo.

Ainda que haja vozes aclamando como muito boa ou quase perfeita a IN 154, destinada a regulamentar a coleta de material biológico, basicamente zoológico e somente no âmbito universitário, a mesma traz em si alguns pontos descabidos.

A IN 154 discrimina favoravelmente o pesquisador que possui doutorado, podendo este obter licenças, enquanto ao demais que não tem, somente autorizações.

Primeiro, há de se ver que autorização, como definido na própria IN 154, é de natureza discricionária e, portanto, objeto mais precário de outorga de direito do que uma licença. Entretanto, o artigo 14 da Lei 5.197/67 prevê a outorga de licenças a cientistas, sem discriminar em qualquer momento o nível de escolaridade dos mesmos. Essa lei também não se refere a autorizações, só a licenças, estas últimas de caráter vinculado e não discricionário como as autorizações. Considerando que os atos Administrativos têm de obedecer às leis, o Executivo não pode criar fatos ou obrigações onde a Lei não o fez. Tanto mais no caso de atos vinculados, cujos critérios têm de seguir obrigatoriamente o ordenamento legal. Não há espaço para exame da conveniência ou oportunidade em atos vinculados como é o caso da outorga de Licença. Não pode o executivo dizer ou exigir mais do que a Lei e a Constituição. Mas, pelo visto, foi isso que aconteceu. E mais: criou critério extra-legal de discriminação para outorga do direito em tela

– o do doutorado, fato sem qualquer referência em diploma legal anterior.

Se a idéia de utilizar o doutorado como paradigma de outorga de direito não partiu de diploma legal prévio, certamente foi do ideário de quem estava presente às sucessivas reuniões de discussão da matéria ou, pelo menos, com o assentimento dessas pessoas.

Nesse ponto é preciso fazer uma reflexão mais abrangente do fato claramente injusto e sem qualquer base legal – a da exigência de doutoramento para obtenção de licença de coleta.

Vivemos numa sociedade cuja tradição histórica é a do preconceito (racial e social) e elitista.

Se há 150 anos tínhamos os negros em condição subumana, os índios perseguidos ou ignorados, as mulheres sem direitos políticos e subjugadas à condição inferior e os pobres, operários, pessoas praticamente sem direitos, hoje temos representantes de todos eles em altos cargos de Poder no Brasil. É indubitável o incremento da luta contra o preconceito e a adoção de políticas igualitárias em todos os setores da sociedade. Então, o povo brasileiro cresceu. Cresceu ética e moralmente nos últimos tempos.

E o meio científico?

Iniciemos com trechos do prefácio escrito por Frederico Lane ao “Livro de Homenagem a Romualdo Ferreira D’Almeida”, de 1946, em que constatamos que naquela época o meio científico era “cheio de preconceitos e hostilidades” e que se “Tivesse Almeida nascido em outras plagas e sem dúvida teria da nossa parte a merecida consideração. Lamentavelmente, nasceu no Brasil ainda preso a uma administração burocrática de molde indistintamente colonial.”

Imaginemos que se entrássemos num “túnel do tempo” e trouxéssemos R. F. D’Almeida de 1946 para os dias que nos correm, certamente ele elogiaria as mudanças sociais, pois era de família humilde, foi carteiro. Mas, se o levássemos a uma instituição científica hodierna seria melhor recebido que no tempo das linhas de Frederico Lane?!

Ainda por cima sem doutorado?

O mais curioso é que não são poucas as vezes da comunidade científica nacional que gostam de falar sobre valores sociais, sobre a conservação do conhecimento tradicional das comunidades, assuntos que só começaram a ser brandidos nos novos tempos. Mas é só. Parece que se trata de mais uma série de teses acadêmicas teóricas cuja referência se dá por serem “politicamente corretas”, mas cujo âmago verdadeiro ou desconhecem ou não querem praticar.

Em tempos idos, os critérios para outorga de direitos era a cor da pele, a classe social,

o sexo masculino. A sociedade moderna entende isso como ignóbil, verdadeira ignomínia. A comunidade científica nacional deveria tomar a frente em combater o verdadeiro “Apartheid” que será criado com a IN 154, considerando que a mesma cria, de forma artificial, infundada e sem base legal, verdadeiras castas, discriminando aqueles que, mesmo sendo capazes de realizar as mesmas atividades, não terão os mesmos direitos para tanto.

O pior é ver que uma classe intelectual, da qual deveriam partir premissas mais elevadas em consonância com os ideais de verdade e igualdade humanas, não se opôs ao “nonsense” burocrático que confundiu critérios de promoção em carreira pública com modo de discriminar de pessoas; que criou óbices infundados ao exercício de um direito que a lei prevê sem distinções e da melhor forma – o de obter uma licença para a prática de dada atividade lícita.

Já fizeram isso com negros, mulheres, índios e pobres aqui e no resto do Mundo. Já enxergamos, como povo, o quanto isso é imoral e anti-ético.

Agora, quantas décadas teremos ainda que esperar para que os nossos “doutores” possam ter a mesma visão?!

Concluimos que o Governo Brasileiro, ao

Conclusões

invés de permitir que coletas e pesquisas biológicas sejam consideradas atividades criminosas, deveria ao revés, promover sua intensificação, ensinando técnicas de coleta e conservação a crianças por todo o País, enviando-lhes kits com prensas, alfinetes entomológicos, etc.

Lembrem-se da motivação de Indiana Jones – “os tesouros pertencem aos Museus”. E é lá que geralmente acabam, pois os colecionadores geralmente acabam doando o fruto de uma vida de esforço às Instituições.

Enquanto aviões agrícolas borrifam plantações, o “fumacê” passa em milhares de ruas, ambos matando milhares de insetos e outros seres vivos, como pássaros que serão envenenados, uma criança não pode prender um inseto num vidrinho para observar, e um professor de primeiro ou segundo grau não pode dar aulas práticas de biologia! A única explicação para a atual situação legal é que as autoridades acham que já se sabe tudo sobre a biodiversidade.

A educação deve reagir energicamente contra as severas restrições legais à coleta e uso de material biológico, senão haverá degradação maciça do ensino da biologia – um dano cuja correção levará gerações!

Urge elaborar e aprovar um projeto de Lei que modifique ou inclua artigos na Lei de Crimes Ambientais, Lei 9605/98, e no Decreto

3.179/99 no sentido de que a mesma preveja como lícita a coleta para fins de estudo e pesquisa, em todos os níveis de ensino, por autônomos ou profissionais, instituições públicas e privadas, no território nacional.

Prof. Jorge Fontella Pereira
jofope@mn.ufrj.br

Prof. Ruy José Válka Alves
ruyvalka@yahoo.com

Marcelo Dias Vianna biólogo, est. de mestrado
cecropia@gmail.com

Ana Claudia Ghizi de Mello (Bióloga, MSc., Professora do ensino fundamental
anaghizi@uol.com.br

Alexandre Soares, biólogo do Departamento de Entomologia do Museu Nacional. asoares@mn.ufrj.br

Luiz Antônio Alves Costa, jornalista do Departamento de Entomologia do Museu Nacional
tlcosta@uol.com.br

Hélcio Reinaldo Gil Santana, Bacharel em Direito, Médico, Especialista em Entomologia pelo Instituto Oswaldo Cruz [IOC], Colaborador do Departamento do IOC.
helciogil@uol.com.br

Nirton Tangerini, Biólogo Professor aposentado de Biologia de nível secundário, Colaborador do setor de Lepidoptera do Museu Nacional.
ntinsecta@hotmail.com

Carlos Bastos, Engenheiro aposentado
carlosbastos2004@yahoo.com.br

Marcio Abreu e Silva Engenheiro aposentado, ambos estudantes de Biologia e colaboradores do Setor de Lepidoptera, Departamento de Entomologia do Museu Nacional.
marcio6439@yahoo.com.br

Expediente

Boletim Informativo. Órgão de divulgação da Sociedade Brasileira de Zoologia.
Publicação Trimestral
ISSN 1808-0812
Editor: Prof. Mário Antonio Navarro da Silva
Design: Bruno Torres Boeger

Tiragem deste número: 1100 exemplares.
Distribuição gratuita para todos os sócios da Sociedade Brasileira de Zoologia
Sociedade Brasileira de Zoologia
(CNPJ 28254225/0001-93)
Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Biológicas
Departamento de Zoologia
Caixa Postal 19020 - CEP 81531-980 Curitiba, PR.
Tel/Fax: (41) 3266-6823
E-mail: sbz@ufpr.br
WEB: <http://zoo.bio.ufpr.br/sbz>

Eventos

XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ORNITOLOGIA.

DATA: 30 de junho a 06 de julho de 2007

LOCAL: Centro de Eventos da PUCRS, Porto Alegre

INFORMAÇÕES:

<http://www.ararajuba.org.br/cbo2007/cbo2007@pucrs.br>

X SINCBIOL – SIMPÓSIO DE CONTROLE BIOLÓGICO

DATA: Período: 30 de junho a 4 de julho de 2007.

LOCAL: Centro de Convenções Ulisses Guimarães

Brasília – DF

INFORMAÇÕES:

(61) 84327055 ou 91471111

INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON FISH PASSAGES IN SOUTH AMERICA

DATA: 30 de Julho a 03 de Agosto de 2007

LOCAL: Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais

INFORMAÇÕES:

<http://www.eventos.ufla.br/fishpassages>

59º REUNIÃO ANUAL DA SBPC – AMAZÔNIA: DESAFIO NACIONAL

DATA: 8 a 17 de julho

LOCAL: Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Guamá, Belém, Pará

INFORMAÇÕES:

eventos@sbpcnet.org.br

www.sbpcnet.org.br/eventos/59ra

XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARACNOLOGIA

DATA: 05 a 11 de Agosto de 2007

LOCAL: Hotel Fazenda Colina Verde, São Pedro, São Paulo

INFORMAÇÕES:

<http://www.ib.usp.br/~microcha/ISA17/ISA17.htm>

VII INTERNATIONAL CONGRESS OF COMPARATIVE PHYSIOLOGY AND BIOCHEMISTRY

DATA: 12 A 16 de agosto de 2007

LOCAL: Salyador, Bahia

INFORMAÇÕES:

<http://www.ib.usp.br/iccpb-brazil>

VIII CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL

DATA: 23 a 28 de setembro de 2007

LOCAL: CAÇAMBU – Minas Gerais

INFORMAÇÕES: <http://www.viiiceb.org.br>

V CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE / V CONGRESSO DE MEDIO AMBIENTE

DATA: 9 a 11 de outubro de 2007

LOCAL: Centro Cultural Pasaje Dardo Rocha, Calle 50 entre 6 y 7, La Plata, Provincia de Buenos

INFORMAÇÕES: www.unlp.edu.ar/comite-medioambiente

XX CONGRESSO BRASILEIRO DE PALEONTOLOGIA

DATA: 21 a 26 de outubro de 2007

LOCAL: Búzios – Rio de Janeiro

INFORMAÇÕES: <http://www.xxcongresso-brasileirodepaleontologia.com/>

XXV ENCONTRO ANUAL DE ETOLOGIA

DATA: 14 A 17 de novembro de 2007

LOCAL: UNESP, SÃO JOSE DO RIO PRETO, São Paulo

INFORMAÇÕES: divulgacaoxxveae@gmail.com

XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA

“A Zoologia nos próximos 30 anos”

DATA: 17 a 21 de fevereiro de 2008

LOCAL: Expo Trade Convention & Exhibition Center, Curitiba, Paraná

INFORMAÇÕES:

Ekipe de Eventos Congressos e Feiras

<http://www.cbz2008.com.br>

Av. Sete de Setembro, 4857

80240-000 Curitiba-PR-Brasil

tel: +41-3022 1247 fax: +41-3342 5062

heloisa@ekipedeventos.com.br